



ÁREA DO
CONCURSEIRO

SIMULADO
DIREITO CONSTITUCIONAL

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!

Comece agora, comece pela maneira certa!



61) Aponte a alternativa correta, segundo o texto constitucional.

- a) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto indireto e secreto, com valores diferenciados.
- b) A soberania popular será exercida pelo sufrágio restrito e pelo voto direto e publico, com valor igual para todos.
- c) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos e, ainda, pelo plebiscito, referendo e iniciativa popular.
- d) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto indireto e secreto, com valores diferenciados e, ainda, pelo plebiscito, referendo e iniciativa popular.

RESPOSTA: “c”, o voto é universal, ou seja, todos os eleitores podem votar; direto, ou seja, nos votamos diretamente nos candidatos escolhidos por nós; secreto, ou seja, ninguém sabe de nossa opção, com valores iguais, não importa se o município seja populoso ou não, o peso do voto é igual em todas as regiões do país. (artigo 14, I, II, III)

62) Aponte a assertiva incorreta, segundo consta na Constituição Federal.

- a) O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.
- b) Para concorrer a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- c) São elegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consangüíneos ou afins, até o quarto grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito.
- d) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consangüíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

RESPOSTA: “c”, pois contraria o que está previsto no § 7º, do artigo 14, cujo texto foi reproduzido na alternativa D.

63) Segundo esta expresso na Constituição Federal, o militar que é alistável é elegível, atendidas algumas condições, aponte a alternativa correta

- a) se contar com menos de cinco anos de serviço, deverá afastar-se da atividade.
- b) se contar com mais de cinco anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.
- c) se contar com mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da posse, para a inatividade.
- d) se contar com mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

RESPOSTA: “d”, tal alternativa encontra amparo no inciso II, do parágrafo 8º, do artigo 14.

64) A nossa Constituição proíbe a cassação dos direitos políticos, somente admitindo a perda ou suspensão destes em alguns casos, diante disso aponte a assertiva incorreta.

- a) cancelamento da naturalização por sentença pendente de recurso.
- b) incapacidade civil absoluta.
- c) condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.
- d) recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do artigo 5º, VIII.
- e) improbidade administrativa, nos termos do artigo 37, § 4º.

RESPOSTA: “a”. A alternativa é incorreta, pois somente o cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado causa a perda dos direitos políticos.

DOS PARTIDOS POLÍTICOS

65) A nossa Constituição afirma que é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, para tanto, exigindo algumas condições, segundo tal informação, assinale a alternativa correta.

a) soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana; caráter regional, proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes; prestação de contas à Justiça Eleitoral e funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

b) soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana; caráter nacional, proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes; prestação de contas à Justiça Federal e funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

c) soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana; caráter nacional, permissão de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes; prestação de contas à Justiça Eleitoral e funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

d) soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana; caráter nacional, proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes; prestação de contas à Justiça Eleitoral e funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

RESPOSTA: “d”, tal assertiva reproduz o artigo 17 e seus incisos I, II, III e IV.

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

66) (CREMESP-ADVOGADO-2011-VUNESP) Legislar sobre propaganda comercial é uma competência

- a) privativa da União.
- b) privativa dos Municípios.
- c) concorrente da União, Estados e do Distrito Federal.
- d) comum da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- e) privativa dos Estados.

RESPOSTA: “a”, tal resposta é encontrada no artigo 22, XXIX, da CF. Infelizmente, o rol do artigo 22 é extenso mais é necessário o candidato decorar tais competências. Uma dica para memorizar é utilizar do critério do interesse a ser tutelado, se o interesse é nacional, a União deve legislar privativamente.

67) Segundo dispõe o artigo 18, da Constituição Federal, aponte a assertiva incorreta

- a) Brasília é a Capital Federal.
- b) Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.
- c) Os Estados podem incorporar-se entre subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- d) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- e) A organização político-administrativa de República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos dependentes da União, nos termos desta Constituição.

RESPOSTA: “e”, pois está em desacordo com o artigo 18, caput, da Constituição Federal.

68) O artigo 19 da Constituição afirma que à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios é proibido, ou vedado, algumas atitudes, diante disso, aponte a assertiva incorreta.

- a) estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, incluindo a colaboração de interesse público.
- b) recusar fé aos documentos públicos.
- c) criar distinções entre brasileiros.
- d) criar preferências entre si.

RESPOSTA: “a”, pois a alternativa pecou na ressalva, pois o artigo 19, inciso I, ressalva a colaboração de interesse público a esta proibição.

69) A União possui patrimônio próprio, cujo rol está no artigo 20 de nossa Constituição, diante dessa informação, aponte a alternativa incorreta sobre os bens da União.

- a) as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei.
- b) os lagos, rios e quaisquer correntes de água que não banhem mais de um Estado, nem sirvam de limites com outros países.
- c) os recursos naturais da plataforma continental e da zona economia exclusiva.
- d) os recursos minerais, inclusive os do subsolo.
- e) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

RESPOSTA: “b”, pois ao inverso do que consta nesta questão, as correntes de águas que banhem mais de um Estado e sirvam de limites com outros países pertencem à União. (artigo 20, III). Candidato, é necessário decorar a lista dos bens da União, constante neste artigo.

70) A competência da União envolve interesses nacionais, ou seja, de todo o território nacional, tal lista é prevista no artigo 21 de nossa Constituição, diante disso, aponte a alternativa onde não consta como competência da União

- a) emitir moeda.
- b) declarar guerra e celebrar a paz.
- c) manter o serviço postal e o correio aéreo nacional.
- d) explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações.
- e) explorar diretamente ou mediante concessão os serviços de gás canalizado.

RESPOSTA: “e”, pois a exploração de gás canalizado é competência explícita dos Estados, conforme preceitua o artigo 25, §2º, CF. Prezado candidato, é necessário, também, decorar os vinte e cinco incisos deste artigo 22, pois é muito cobrado nas provas. A dica é levar em consideração o interesse em jogo, neste caso, o interesse é nacional, como por exemplo, fiscalizar o material bélico, administrar reservas cambiais, etc.